

Técnicos do próprio governo condenam o projeto de lei do IR

O projeto de lei enviado pelo governo ao Congresso Nacional, alterando o Imposto de Renda para as pessoas físicas, se for aprovado na íntegra, poderá colocar em risco as finanças públicas e resultará em uma tributação injusta. O alerta consta de um estudo preparado por três técnicos do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), vinculado ao Ministério do Planejamento — Fernando Resende, Ricardo Varsano e José Roberto Afonso — que estima uma perda de cerca de 80 milhões de OTNs (cerca de Cz\$ 302 bilhões), segundo cálculos feitos pela própria Secretaria da Receita Federal.

Apesar de reconhecerem avanços no projeto, os economistas qualificam a proposta oficial como “injusta” e de pôr em risco “as já combalidas finanças da União”. O texto foi apresentado no Fórum Nacional: Idéias para a Modernização do Brasil e a crítica principal reside no reduzido nível para a alíquota máxima (25%) e às incertezas quanto à tributação sobre os ganhos de capital. “Não se tem confiança nenhuma da tributação sobre os ganhos de capital e mesmo do quanto será sonegado”, disse Varsano, durante o seminário, encerrado ontem.

Os autores do estudo vão mais longe. Pelos cálculos dos economistas, a evasão deve aumentar a passos largos, logo que for implantada a reforma no IR, até mesmo porque a fiscalização não está preparada com as inovações contidas no projeto. “A implementação da reforma implicará perda de alguns dos sistemas de controle atualmente existentes”, revela o texto.